

Ivan Illich*

AS ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E AS TRÊS DIMENSÕES DA OPÇÃO PÚBLICA

É chegada a altura de ressuscitar uma velha tradição, que distingue dois tipos de investigação: a que estuda o como *as coisas* são e a que estuda o como *as coisas podem ser* feitas. O uso de termos fortemente conotados, como «teoria» e «prática» mais importados do alemão que do grego, confunde ainda mais a questão. À investigação que se preocupa com a natureza das coisas chamarei *ciência*, e à investigação que se preocupa com a decisão acerca do uso das coisas chamarei *tecnologia*. Assim, a tecnologia implica sempre uma atitude ética, já que as coisas não podem ser usadas sem me afectarem a mim e a todos os outros. Desde que a UNCTAD foi fundada, esta distinção adquiriu importância. Aprendemos agora a compreender que a mesma descoberta científica pode ser aplicada com duas atitudes diferentes acerca do uso que deve ser dado às coisas. Ao primeiro tipo de investigação tecnológica chamarei *produtivista* e ao segundo *convivencial*. Coloco cada um deles nas extremidades de um espectro. Numa perspectiva produtivista, os utensílios deverão servir essencialmente para permitir às pessoas ocupadas em trabalho assalariado o aumento de produção de bens e serviços. Numa perspectiva convivencial, os utensílios deverão servir antes de mais para permitir às pessoas

* Do autor foram já editados em Portugal: *Libertar o Futuro*, D. Quixote, 1973; *Inverter as Instituições*, Moraes, 1973; *Educação sem Escola*, Teorema, 1974; *Limites para a Medicina*, Sá da Costa, 1975; *A Convivencialidade*, Europa-América, 1976 e *Aprender Sem Escola*, in *A Escola e A Repressão dos Nossos Filhos*, I. Illich, et al., Europa-América, 1976. O presente trabalho foi apresentado no fórum sobre a ciência e tecnologia para o desenvolvimento da UNCTAD, realizado em Viena em 24 de Agosto de 1979.

obter satisfação, não tanto da sua contribuição para a economia de mercado, mas antes daquilo que fazem com esses utensílios. A investigação destinada a aplicar a ciência ao aumento de produtividade designa-se geralmente por Investigação-e-Desenvolvimento. A investigação que aplica a ciência a uma crescente autonomia em relação ao mercado tem sido designada, por mim e por outros, por contra-investigação (*counterfoil research*).

Há já um decénio que muitos de nós têm insistido nesta contra-investigação, mediante a qual os países pobres poderiam evitar arcar com as custas dos paroxismos mortíferos da industrialização nos países ricos. A contra-investigação definimo-la já como o perguntar crítico, disciplinado, partindo da base — por alternativas modernas aos estilos de vida de mercadoria intensiva. Defendemos, por outro lado, que os países pobres, onde a experiência vernácula está ainda relativamente espalhada, podiam modernizar as suas actividades de subsistência e ultrapassar assim as nações desenvolvidas. E insistimos em que tal investigação deveria equipar os países mais pobres com um tipo de organização de indústria e serviço, cujo objectivo principal seria salientar a capacidade das pessoas para satisfazer muitas das suas necessidades através de actividades modernizadas, cujo produto permanece fora da esfera formalmente económica.

No entretanto, esta investigação tem sido feita, como muito bem prova o Guia de Aquisições para Bibliotecários, acabado de sair¹. Este guia chama a atenção dos bibliotecários para 450 espécies bibliográficas, normalmente ausentes das suas secções de referência. Cada uma destas espécies, por sua vez, refere investigação e experiência relativas a processos e utensílios modernos, de tal modo construídos que as pessoas podem — ao usá-los — desligar-se dos circuitos de mercadorias. Trata-se de obras de referência sobre tecnologia, que ajudam as pessoas a tornarem-se mais

¹ V. Borremans, *The Librarians Reference Guide to Convivial Tools*, Bowker (Library Journal) Outubro, 1979. Ver neste número recensão de Boaventura de Sousa Santos.

activas do que contemplativas. Considero estas obras de referência como prova de que a investigação sobre o processo técnico deixou de estar exclusivamente ao serviço daquilo a que Karl Polanyi chamou a esfera desencaixada do crescimento económico formal. O número de pessoas que procuram maior satisfação por meios que lhes diminuam o consumo aumentou consideravelmente e ganhou coerência. São essas pessoas que em escassos dez anos sentiram necessidade de publicar 450 bibliografias, com resumos de serviços, periódicos, revistas, listas, relatórios sobre colóquios, etc. Uma população que precisa de 450 obras de referência para saber o que os outros andam a ler e a escrever não pode continuar a chamar-se marginal.

Este novo tipo de investigação é altamente descentralizado, recebe escasso apoio financeiro e fornece indicações que não servem ao produtor de novas mercadorias, antes ao grupo envolvido em actividades não-remuneradas e em auto-ajuda. Analisei a maior parte destas obras de referência. Os seus autores, além de conhecerem a monótona literatura do respectivo campo, têm experiência prática. Mais do que isso, porém, estes autores conhecem bem os índices adoptados, os periódicos e recursos de biblioteca usados na economia e ciências vulgares, enquanto relacionadas com os seus temas. Uns como intrusos, outros como laureados, muitos destes novos autores sentem-se bem à vontade nos Salões de Academias que lhes ignoram as obras. De modo surpreendente, não é isto que acontece com os seus homólogos, os especialistas de informação que equipam as nossas bibliotecas públicas e científicas. Verifiquei já várias colecções e raras vezes encontrei nesses lugares mais do que algumas das obras de referência de que falo. Os bibliotecários, quando interrogados sobre o assunto, ofereceram três justificações: que desconheciam a existência desse novo tipo de livros, que os não conseguiam obter por eles não serem acessíveis no mercado normal, e, finalmente, que tinham dúvidas quanto à forma de os classificar: «Literatura de ficção»? «Anarquia» ou «ciência política»? «Passatempos» ou «técnicas»? «Desvio Social» ou «Sociologia»? Ou nas

estantes de anatomia, onde Dewey coloca os estudos das mulheres? Estas observações levaram-me a algumas conclusões sobre o estatuto da ala «radical» da contra-investigação. Primeiro, que é distinta da empresa a que chamamos Investigação-e-Desenvolvimento. Dela difere quanto ao objectivo, quanto ao método e quanto ao recrutamento dos seus investigadores. O seu objectivo não é a produtividade, antes a substituição de actividades dependentes de mercadorias por actividades de subsistência. O seu método é a validação por referência à satisfação de um grupo pequeno e concreto, e não a Verificação operacional. E os seus investigadores — sejam quais forem as suas qualificações académicas — são normalmente autodidactas no campo que escolhem. Segundo, a contra-investigação sobre técnicas viradas para o valor-uso é uma forma radicalmente nova da tecnologia, mas não é uma nova forma de ciência. Da ciência vulgar, recolhe os dados que depois aplica dentro de um paradigma revolucionário sobre os objectivos da técnica. A Investigação-e-Desenvolvimento incrementa a eficiência de utensílios que produzem bens e serviços uniformizados, aumentando assim a necessidade universal desses mesmos bens e serviços. A contra-investigação desenvolve utensílios e processos que permitem às pessoas obter do seu próprio uso mais satisfação do que jamais obteriam da substituição dessas acções por bens de consumo. Por conseguinte, a contra-investigação colhe melhores frutos quando conduzida por pessoas capazes de apreciar urra vida independente e simples, validada por um grupo pequeno e aprovador, e é sempre prejudicada e normalmente corrompida quando o especialista técnico, com a sua perspectiva clínica, consegue impingir-lhe os seus serviços. A terceira conclusão a que cheguei foi que este novo tipo de investigação, que pretende substituir o consumo de mercadorias por actividades não-remuneradas, é complementar da Investigação-e-Desenvolvimento, cujo objectivo é o desenvolvimento de bens e serviços susceptíveis de serem produzidos para as pessoas. No entanto, para já esta complementaridade é só entendida de um lado.

Há apenas dez anos via-se o desenvolvimento de uma forma que hoje parece ingénua. Partia-se do princípio que o fito do desenvolvimento era a instalação de um conjunto equilibrado de equipamento numa sociedade a que faltassem ainda tais instrumentos: a construção de escolas, hospitais, estradas, fábricas, centrais eléctricas, etc., com pessoal adequado para tudo gerir.

Hoje em dia, pouca gente tem tal concepção instrumentalista de sociedade desejável. Muitos mudaram de ideias por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, a sinergia de exterioridades indesejáveis contribui para minimizar os benefícios produzidos pelo funcionamento destes meios. Em segundo lugar, a contraprodutividade das instituições modernas — se bem que o conceito de desutilidades específicas contidas num sector económico não seja ainda totalmente reconhecido pelos economistas — tornou-se de facto a frustração constante da maioria mais pobre de entre os clientes de cada instituição. Esta contraprodutividade é uma experiência diária mas também nova. Para a maior parte das pessoas, a escolaridade mesclou as suas relativas deficiências nativas com degradação diplomada. Para amplas camadas da população, a medicalização da saúde aumentou a procura de serviços muito para além do possível e minou essa capacidade orgânica de resistir a que o senso comum chama saúde. Os transportes, para a grande maioria presa às horas de ponta, aumentou o tempo perdido na servidão do tráfico, reduzindo tanto a mobilidade escolhida livremente como o acesso mútuo. O desenvolvimento de instituições educacionais, médicas e outras acabou por afastar a maioria dos clientes do objectivo óbvio para que tais instituições foram concebidas e financiadas. As exterioridades, a exigir um aumento na produção de serviços de limpeza, e as desutilidades específicas interiorizadas, resultantes do monopólio radical de produtos institucionais sobre as acções pessoais — aquilo a que chamo contraprodutividade paradoxal — conspiram em conjunto para atingir indivíduos e comunidades em nações menos industrializadas, e para os atingir de uma forma específica do ponto de vista de

classe. Com eleito, esta frustração e paralisia desacreditam a tentativa para descrever a sociedade desejável em termos da capacidade de produção conseguida. Agora, o novo privilégio é a defesa contra os danos infligidos pelo desenvolvimento.

Há dez anos inclinávamo-nos para a distinção entre opções políticas — exercidas no âmbito do sector público — e opções técnicas — deixadas ao especialista. Entendia-se que aquelas visavam os objectivos, e estas os meios. As opções para a sociedade desejável estendiam-se num espectro que ia da direita à esquerda. Agora, os próprios meios são questões que os cidadãos querem decidir, embora a topografia unidimensional das opções públicas se torne insuficiente. A adição de apenas uma nova dimensão à controvérsia pública não reflectiria de modo adequado o que aconteceu durante a década em que despontaram as alternativas. Pelo menos duas novas dimensões de escolha se tornaram publicamente acessíveis, e nenhuma delas se encaixa na direita ou na esquerda. Atrevo-me a representar cada uma destas novas classes de opções como um vector independente e vejo os três vectores de opção pública em intersecção como um sistema coordenado, tridimensional e coincidente. No eixo X coloco as questões relacionadas com a justiça de classe e propriedade, geralmente designadas pelos termos direita e esquerda. No eixo Y coloco as escolhas técnicas entre pesado e leve, ao mesmo tempo que alargo o significado destes termos muito para além da dicotomia pró ou contra a energia atómica. Os serviços, e não só os bens, podem também ser afectados por uma alternativa leve, os combustíveis derivados de fósseis podem ser substituídos por formas de energia renováveis e a assistência institucional de agências profissionais pode ser substituída por organizações comunitárias e por auto-assistência. No eixo Z da minha topologia coloca-se uma terceira escolha. Neste vector, não é a propriedade ou a técnica que estão em causa, antes a natureza da satisfação humana. Erich Fromm falaria, creio, de *ser* em cima ou *ter* em baixo. Aqui, em baixo, coloco uma sociedade que resulta do crescimento máximo da intensidade de mercadorias, onde as

necessidades são cada vez mais definidas em termos de bens ou serviços empacotados, concebidos e prescritos por profissionais e produzidos sob o seu controlo. Este ideal de sociedade corresponde à imagem de uma humanidade composta de indivíduos, cada um dos quais impelido por considerações de utilidade marginal — é a imagem que se desenvolve desde Mandeville através de Smith e Marx até Keynes, e que Dumont chama *homo economicus*. No cimo do eixo Z, coloco a visão de uma sociedade moderna centrada em actividades de subsistência, onde as mercadorias e a produção industrial em geral são consideradas válidas apenas enquanto recursos ou instrumentos para as acções de subsistência. Aqui, a imagem societária corresponde ao *homo habilis* equipado com utensílios modernos virados para o valor-uso. Continuando Polanyi, o cimo do eixo Z representa a tentativa societária de reencaixar a esfera económica formal numa matriz cultural limitada escolhida conscientemente. Corresponde a uma imagem de homem que deriva mais satisfação de fazer coisas para uso imediato do que dos produtos de trabalho dependente feito por escravos ou por máquinas.

A natureza do trabalho, do seu fim e divisão, está entre as questões chave deste vector vertical. A escolha a favor ou contra a concepção do homem como um viciado do crescimento decide se o desemprego será encarado como desgraça ou maldição ou como útil e um direito. Numa sociedade de mercadoria intensiva os bens e os serviços que correspondem às necessidades básicas são produzidos por trabalho assalariado. A ética do trabalho atribui, neste caso, especial dignidade às actividades que são pagas mediante salários, ao passo que as actividades não remuneradas são, não só degradantes, mas também divididas em duas espécies: as actividades de subsistência tradicionais, que se mantêm fora do mercado, mas que ainda provêem o sustento de alguns povos (essas são consideradas vestígios marginais de um modo de vida em desaparecimento), e uma nova espécie de actividade não remunerada, cujo exemplo mais óbvio é o de servidão da mulher na esfera doméstica. O trabalho

doméstico no apartamento do assalariado não merece salário. Nem é uma actividade de subsistência no sentido em que o foi a maior parte do trabalho feito pelas mulheres quando, com os seus homens, elas usaram a casa como local e os meios para a criação do sustento da maioria dos seus habitantes. O trabalho doméstico moderno é uniformizado por mercadorias industriais viradas para o apoio à produção e imposto às mulheres de uma forma especificamente sexista para as obrigar à reprodução, regeneração e motivação da força de trabalho assalariado. Como as novas feministas claramente o denunciam, o trabalho doméstico é apenas uma expressão típica daquela ampla economia sombra, que por toda a parte se desenvolveu como um complemento necessário do trabalho assalariado em expansão, e que é sempre esquecida, porque os conceitos analíticos desenvolvidos para o sector económico formal não servem bem para o descrever. À medida que as actividades de subsistência desaparecem, todas as actividades não remuneradas assumem uma estrutura análoga à do trabalho doméstico: o caminho para o trabalho, a aquisição de um diploma e, especialmente, a recente tentativa de estender os controlos burocráticos aos estilos de vida e às actividades informais de que se ocupam os Chicago Boys² ou os admiradores de Mao. O trabalho voltado para o crescimento significa, inevitavelmente, a uniformização e a gestão das actividades humanas, sejam elas remuneradas ou não.

Numa sociedade voltada para a subsistência prevalece uma visão contrária do trabalho. Aí, o fito é a substituição de bens de consumo por acções pessoais. Aí, tanto o trabalho assalariado como o trabalho sombra se destinam a desaparecer, já que o seu produto — bens ou serviços tem valor antes de mais como equipamento para actividades sempre inventivas, e não como bens de consumo. Aí, a viola vale mais do que o disco, a biblioteca vale mais do que a sala de aula, o quintal vale mais do que a

² Referência à Escola de Chicago, dirigida pelo economista Milton Friedman e recentemente tornada famosa pelo apoio técnico prestado à Junta de Pinochet (N.T.).

abundância do Supermercado. Ao desemprego dá-se valor e o trabalho assalariado, com certos limites, é tolerado.

O perfil da auto-imagem ideal de uma sociedade será então o resultado de constantes escolhas entre estes três vectores independentes. A credibilidade de um governo dependerá do grau de participação pública em cada um dos conjuntos de opções. O exemplo dado através desta auto-imagem coerente será, assim se espera, o factor determinante do impacto internacional de uma sociedade. Pela primeira vez na história, as sociedades pobres e as sociedades ricas estariam efectivamente em igualdade de circunstâncias. Mas para que tal aconteça, é necessário que se ultrapasse o modo como actualmente se vêem as relações internacionais norte-sul quanto ao desenvolvimento.

O paradigma do desenvolvimento é mais facilmente repudiado por aqueles de nós que éramos adultos em 10 de Janeiro de 1949. Foi nesse dia que a maior parte de nós ouviu o termo pela primeira vez com o seu significado actual, quando o Presidente Truman anunciou o seu programa. Até então usávamos «desenvolvimento» para referir espécies, propriedades e jogadas de xadrez — só a partir de então o passámos a usar em relação a pessoas, a países, a estratégias económicas. Desde então fomos inundados de teorias do desenvolvimento, cujos rótulos são hoje recordações para os coleccionadores. Todos se lembram, por exemplo, de crescimento, modernização, imperialismo, dualismo, dependência, necessidades básicas, transferência de tecnologia, sistema mundial, industrialização autóctone e desligamento temporário. Cada investida vinha em duas ondas: uma trazia os pragmáticos, que apregoavam a livre iniciativa e os mercados mundiais; a outra trazia os políticos, que salientavam a ideologia e a revolução. As teorias produziam montes de relatórios e caricaturas mútuas. Por baixo de todos esses papéis e testas de ferro, ficaram enterrados os pressupostos comuns a todas as teorias. É agora a altura de desenterrar os axiomas escondidos debaixo da própria ideia de desenvolvimento.

Fundamentalmente, o desenvolvimento implica a substituição da competência geral e de abundantes actividades de subsistência pelo uso e consumo de mercadorias. O desenvolvimento implica o monopólio do trabalho assalariado sobre todo o restante trabalho. Implica ainda a redefinição das necessidades em função dos bens e serviços produzidos em massa conforme a concepção de peritos. Finalmente, o desenvolvimento implica a reorganização do meio-ambiente de tal maneira que o espaço, o tempo, os materiais e a concepção favorecem a produção e o consumo ao mesmo tempo que degradam ou paralisam as actividades voltadas para o valor-uso que satisfazem directamente as necessidades. Todas estas transformações e processos homogéneos à escala mundial são considerados inevitáveis e bons. Os muralistas mexicanos retrataram dramaticamente as figuras típicas antes de os teóricos esquematizarem as fases. Nestas paredes vê-se o tipo ideal de ser humano como indivíduo do sexo masculino, de fato-macaco por trás de uma máquina ou de bata branca sobre um microscópio. É esse ser que rasga túneis em montanhas, guia tractores, abastece de combustível chaminés fumegantes. As mulheres dão-no à luz, amamentam-no, ensinam-no. Num contraste notório com a subsistência Azteca, Rivera e Orozco imaginam o trabalho industrial como a única fonte de todos os bens necessários para a vida e para o progresso.

Mas este ideal de homem industrial começa agora a apagar-se. Alguns tabus enfraquecem e os chavões sobre a dignidade e alegria do trabalho assalariado ressoam antiquados. O desemprego, um termo introduzido pela primeira vez em 1898 para designar gente sem rendimento fixo, é hoje reconhecido como a condição em que vive a maior parte das pessoas — mesmo no auge do incremento industrial. Em especial na Europa de Leste, mas também na China, as pessoas compreendem agora que, desde 1950, o termo «classe trabalhadora» foi usado sobretudo para encobrir a reivindicação de privilégios para uma nova burguesia e seus gestores, decididos a tomar o lugar da velha. A necessidade de criar empregos e de estimular o

crescimento, em nome do qual os auto-designados paladinos dos mais pobres entretanto esmagaram qualquer consideração de alternativas para o desenvolvimento, parece hoje muito menos real.

Os desafios ao desenvolvimento assumem múltiplas formas. Só na Alemanha, uns 15.000 grupos experimentam, cada um, de forma diferente, aquilo que acreditam ser alternativas para uma existência industrial. A maioria destas pessoas é oriunda de famílias operárias. Para a maior parte delas, não há qualquer dignidade em ganhar a vida mediante um salário e, tal como alguns habitantes de bairros da lata em Chicago, tentam «desligar-se» do consumo. Nos EUA, pelo menos quatro milhões de pessoas vivem em pequenas comunidades deste tipo, altamente diferenciadas entre si, com pelo menos sete vezes outras tantas partilhando as suas vidas — as mulheres buscam alternativas para a ginecologia; os pais, alternativas para as escolas; os mestres de obras, alternativas para o autoclismo. Em Trivandrum, no sul da Índia, vi uma das melhores alternativas para um tipo especial de dependência da mercadoria: para a instrução e a obtenção de um diploma como formas privilegiadas de aprender. Mil e setecentas aldeias fundaram bibliotecas, com pelo menos mil títulos cada uma. É este o equipamento mínimo de que necessitam para se tornarem membros deste sistema alternativo e só mantêm essa prerrogativa se fizerem circular pelo menos três mil volumes por ano. Animou-me imenso ver que, pelo menos no sul da Índia, bibliotecas de aldeia, financiadas pela aldeia, transformaram as escolas em anexos das bibliotecas, enquanto por toda a parte, nestes últimos dez anos, as bibliotecas gradualmente passaram a ser meros depósitos de material didático usado sob a orientação dos professores. Também na Índia, a Internacional Médica representa uma tentativa de raiz popular para desmedicalizar o Serviço de Saúde (em Bihar), sem cair na armadilha do médico chinês de pé descalço, o qual passou a ser o mais ínfimo laçao de uma hierarquia nacional de bio-controlo.

Além destas formas de experiência, o desafio ao desenvolvimento usa também meios legais e políticos. Num referendo feito na Áustria no ano passado, uma maioria absoluta recusou ao chanceler Kreisky — que controlava politicamente o eleitorado — autorização para abrir um gerador atômico já terminado. Cada vez mais os cidadãos usam o voto e os tribunais, para além de outras formas de pressão mais tradicionais, para estabelecer critérios de sinal negativo para a tecnologia de produção. Estas novas opções não eram previsíveis há dez anos — e há muitas personalidades no poder que ainda as não reconhecem como legítimas. Todos estes acontecimentos organizados com base popular desafiam, não só o recente conceito de desenvolvimento, mas também o conceito mais fundamental e radical de progresso — a noção que há dois mil anos vem caracterizando a sociedade ocidental e que tem determinado as suas relações com o exterior desde a queda da Roma clássica.

As sociedades espelham-se nos seus deuses transcendentais, mas também na imagem que têm do outro além fronteiras. O desenvolvimento exporta a dicotomia entre «nós» e «eles», que é exclusiva da sociedade industrial. Este reflexo à escala mundial de uma nova atitude para com o eu e para com o outro constitui a vitória de uma missão iniciada há dois mil anos no Ocidente. Uma redefinição do desenvolvimento iria apenas reforçar o desejo ocidental de hegemonia. Assim se completaria, como mostrarei, a dominação económica do Ocidente sobre a economia formal através da colonização profissional do sector informal, doméstico e estrangeiro. Para evitar este perigo, deverá primeiro entender-se a metamorfose em seis estádios de um conceito que agora aparece como desenvolvimento.

Cada comunidade tem uma atitude característica em relação às outras. Os chineses, por exemplo, são incapazes de se referir ao estrangeiro ou ao seu gado sem o rotularem com um indicativo degradante. *Para* os Gregos, o estrangeiro ou é o hóspede de uma polis vizinha ou o bárbaro não totalmente homem. Entre os Romanos, os bárbaros podiam tornar-se membros da cidade, mas trazê-los para o seu

seio nunca foi a missão de Roma. Só através da Igreja o estrangeiro se transformou em alguém necessitado, alguém a acolher. Esta concepção do estrangeiro como um fardo tornou-se constitutiva da sociedade ocidental; sem esta missão universal para com o mundo lá fora, nunca teria chegado a existir aquilo a que chamamos o Ocidente.

A percepção do estrangeiro que tem de ser salvo faz parte de nova concepção das funções das instituições. O estrangeiro como objecto de auxílio deriva da atribuição de funções maternas à Igreja. Nunca uma instituição formal tinha sido apelidada de mãe, nem o seu produto entendido como absolutamente necessário à vida. Ora foi este o ponto de vista adoptado pela Igreja no Século IV: sem o leite da fé que corre só dos seus mamilos, os homens não poderiam ser salvos. *Esta* instituição é que é o protótipo da actual plethora de instituições ocidentais, cada uma delas provendo um resultado considerado uma necessidade básica, cada uma das quais ao cuidado de um clero profissional especializado diferente. A transferência da salvação, educação, sustento, manutenção e cuidado das mulheres para instituições geridas sobretudo por homens e a tradução das necessidades em exigências de resultados institucionais constitui a história do Ocidente.

A percepção do estranho como alguém que deve ser ajudado tem adquirido formas sucessivas. Na antiguidade, o bárbaro transformou-se no pagão, definido como não baptizado mas, por natureza, destinado a tornar-se cristão. Era dever daqueles que se encontravam dentro do redil incorporá-lo pelo baptismo no Corpo da Cristandade. Na Europa da Alta Idade Média, a maioria das pessoas eram baptizadas, mesmo que porventura não estivessem ainda convertidas. Apareceram então os Muçulmanos, que, ao contrário dos Godos e dos Saxões, eram monoteístas e crentes piedosos indiscutíveis. Opuseram resistência à conversão. Daí que, além de se lhes imputar a necessidade do baptismo, se insistiu ainda na necessidade de os subjugar e instruir. O pagão transformou-se no infiel. Na Baixa Idade Média, a imagem do

estrangeiro de novo se alterou. Os mouros tinham sido expulsos de Granada, Cristóvão Colombo atravessara o oceano, a coroa espanhola assumira muitas das funções da Igreja. A imagem do selvagem que ameaça a função civilizadora do humanista tinha de substituir a imagem do infiel que ameaçava a fé. Foi também por esta altura que o estrangeiro foi pela primeira vez descrito em termos para-económicos. Dos muitos estudos sobre o selvagem ao longo do fim da Idade Média e pelo Barroco adentro, aprendemos que ele não tem necessidades. Esta independência torna-o nobre, mas também uma ameaça para o colonialismo e mercantilismo crescentes. Para lhe atribuir necessidades, foi preciso transformar o selvagem no indígena. As cortes espanholas, após demorada deliberação, decidiram que pelo menos o selvagem do Novo Mundo tinha alma e era, por isso, humano. Ao contrário do selvagem, o indígena tem necessidades, se bem que diferentes das do homem civilizado. As suas necessidades são fixadas pelo clima, pela raça, pela religião e pela providência. Adam Smith ainda reflecte sobre a elasticidade das necessidades indígenas. Como Myrdal observou, a construção de necessidades distintamente indígenas foi necessária, tanto para justificar o colonialismo, como para administrar as colónias. A provisão do governo, educação e comércio para os indígenas foi durante quatrocentos anos o fardo assumido pelo homem branco.

De cada vez que o Ocidente colocou no estrangeiro uma máscara de novas necessidades, a máscara antiga — tornada caricatura de uma auto-imagem abandonada — ia para o lixo. O pagão, com a sua alma naturalmente cristã, teve que ceder o lugar ao obstinado infiel, a fim de permitir à cristandade o lançamento das cruzadas. O selvagem tornou-se necessário para alimentar a necessidade de educação humanista secular. O indígena foi o conceito crucial para instaurar a prosaica lei colonial. Por altura do Plano Marshall, quando os conglomerados multinacionais atingiam a maioria e a arrogância de pedagogos, terapeutas e arquitectos transnacionais não conhecia limites, as necessidades limitadas dos

indígenas de bens e serviços teriam contrariado a expansão e o progresso. Os indígenas tiveram de se metamorfosear em povos subdesenvolvidos. Assim, a descolonização pode também ser entendida como um processo de conversão: a aceitação à escala mundial da auto-imagem do ocidente como *homo economicus* na sua forma mais extrema de *homo industrialis* com necessidades totalmente definidas pela mercadoria. Foram precisos escassos vinte anos para que dois biliões de pessoas se definissem a si próprias como subdesenvolvidas. Recordo o Carnaval do Rio em 1963 — o último antes da tomada do poder pela Junta. «Desenvolvimento» era a palavra chave no samba vencedor, o grito dos sambistas ao som do tambor.

O desenvolvimento baseado em altas quantidades de energia por cabeça e em intensos cuidados profissionais individuais assume, em retrospectiva, o aspecto do mais deletério esforço missionário jamais levado a cabo pelo ocidente. Os investimentos para este projecto foram norteados por uma concepção, ecologicamente inviável, do domínio da natureza pelo homem e por uma tentativa, antropológicamente viciada, de substituir os ninhos de víboras da cultura por estéreis secções de serviço profissional. Hospitais que vomitam os recém-nascidos e reassimilam os moribundos, escolas destinadas a ocupar os desempregados antes, durante e depois dos empregos, torres de apartamentos onde as pessoas vivem armazenadas entre viagens aos super-mercados, auto-estradas a ligar garagens — tudo isto forma um padrão tatuado na paisagem durante a curta euforia do desenvolvimento. Estas instituições, concebidas para eternos bebés de peito embalados de teta em teta, começam agora a parecer tão ultrapassadas como as catedrais, e sem o redentor encanto estético que estas porventura ainda tenham.

O realismo ecológico e antropológico tornou-se inevitável. Mas tenhamos cuidado. Leve é um termo ambíguo; tanto a direita como a esquerda se apropriam dele. Adequa-se igualmente a qualquer das duas opções no eixo Z, uma colmeia de

mel ou um pluralismo activo construído sobre os riscos severos da liberdade. Optar pela alternativa leve poderia facilmente acarretar, a nível nacional nova recriação da Sociedade maternal e, a nível internacional, uma nova metamorfose do ideal missionário.

Amory Lovins mantém que a possibilidade de posterior crescimento depende agora da rápida transição para a via leve. Só com esta opção, diz ele, é que o rendimento real dos países ricos poderá duplicar e o dos países pobres triplicar nesta geração. Só mediante a transição do fóssil para o sol é possível reduzir de tal modo as exterioridades de produção que os recursos agora gastos a fazer lixo e a contratar funcionários de limpeza para o fazer desaparecer poderão ser transformados em benefícios. Estou de acordo. Se temos de ter crescimento, então Lovins tem razão, e quem investir em moinhos de vento está mais seguro do que quem investir em poços de petróleo.

O Banco Mundial argumenta da mesma forma em relação aos serviços. Só escolhendo formas de produção industrial trabalho-intensivas, por vezes menos eficientes, pode a educação ser incorporada na aprendizagem. Organismos mais eficientes criam exterioridades enormes na educação formal que pressupõem, ao mesmo tempo que não podem transmitir educação no emprego.

A Organização Mundial de Saúde insiste agora na prevenção e na educação no sentido da auto-ajuda. Só assim poderão elevar-se os níveis de saúde da população e ao mesmo tempo pôr de lado terapias dispendiosas, que são ainda, na sua maior parte, a tarefa primordial dos médicos, mas cuja eficácia está ainda por provar. A utopia igualitária liberal do século XVIII, adoptada como o ideal de sociedade industrial pelos socialistas do século XIX, parece hoje realizável somente pela via leve e de auto-ajuda. Neste ponto, a direita e a esquerda convergem. Wolfgang Harich, um colunista extremamente culto, refinado e de convicções endurecidas por dois períodos de oito anos de isolamento na prisão, é o porta voz da via leve na Europa de Leste.

Mas enquanto para Lovins a transição para a produção descentralizada depende do mercado, para Harich a necessidade desta transição é um argumento a favor da ecologia estalinista. Para a direita como para a esquerda, para democratas como para autoritários, o processo e a energia leves tomam-se um meio crucial para satisfazer as alargadas necessidades de cada vez mais gente mediante a produção uniformizada de bens e serviços.

A via leve poderia levar directamente a uma nova fronteira: a conquista do sector informal, nacional e estrangeiro, pelos técnicos do plano e da educação. Já vimos que onde cresce o trabalho assalariado, cresce também a sua sombra, a servidão industrial. O trabalho assalariado, como a forma dominante de produção, e o trabalho doméstico especificamente sexista, como o tipo ideal de complemento não remunerado, são ambas formas de actividade sem precedente na história da antropologia. Ambos emergiram apenas com o modo de produção industrial, ambos dependem do pressuposto da cobiça e inveja humanas, ambos postulam um trabalho especificamente sexista, que antes teria sido considerado imoral. *Vir economicus* e *femina domestica* são os dois géneros que constituem o *homo industrialis*. Só prosperam onde o estado absoluto e, mais tarde, o estado industrial destruíram as condições sociais de subsistência. Alastraram à medida que pequenas comunidades vernáculas diversificadas se tornaram sociológica e legalmente impossíveis — num mundo em que os indivíduos vivem toda a sua vida na dependência da educação, do serviço de saúde, dos transportes e de outros pacotes fornecidos pelos úberes múltiplos das instituições industriais.

A análise económica convencional tem-se ocupado de uma apenas destas duas actividades complementares da era industrial: o cidadão como produtor assalariado. As actividades igualmente viradas para a produção, realizadas pelos desempregados ficaram até agora na sombra do foco económico. Mas isto está a mudar rapidamente. A contribuição dada pelas actividades não remuneradas começa a ser notada. As

feministas reivindicam salários para o trabalho doméstico; estudiosos examinam as comunas chinesas e os voluntários de Castro para determinar que o trabalho não remunerado contribui para o crescimento; os estudantes de Milton Friedman descobrem a economia do comportamento sexual. Numa altura em que o desemprego estrutural coincide com o rápido declínio de empregos no sector terciário, em que os miniprocessadores substituem as pessoas e a via leve permite a repartição da produção em unidades pequenas, a contribuição do sector informal para a totalidade da economia torna-se preocupação central. A gestão e produção daquilo a que Ignacy Sachs chama pseudo-valores-uso torna-se o último reduto do crescimento. A distinção de Sachs entre valores-uso autónomos e as suas contrafacções administradas tem sido geralmente ignorada porque as actividades que levam a cada um deles são amalgamadas pela economia dominante no mesmo saco das actividades do «sector informal». Prefiro restringir o termo «sector informal» à economia-sombra da servidão da era industrial, isto é, por exemplo, o estudo não remunerado para obtenção de um diploma, o ter de se deslocar para o emprego, a auto-assistência para-profissional e o que as mulheres fazem na esfera doméstica. A esta economia-sombra não remunerada gostaria eu de opor as actividades vernáculas igualmente não pagas, que provêm e melhoram o sustento, mas que são totalmente refractárias a qualquer análise que utilize conceitos de economia formal. Utilizo para estas actividades o termo «vernáculo», pois não encontro outro conceito que me permita fazer a mesma distinção. Vernáculo é o termo latino que usamos para designar a língua que adquirimos sem o auxílio de professores remunerados. Em Roma, usou-se durante 1200 anos para designar qualquer valor que fosse doméstico, local, da comunidade e que um homem podia proteger e defender, embora o não comprasse ou vendesse no mercado. Já que perdemos um termo simples para se opor às mercadorias e sua sombra, vejamos se pega este, que me permite distinguir entre a expansão do sector informal da economia-sombra e o seu inverso — a expansão do domínio vernáculo.

Os dois apenas se poderão fomentar mutuamente se em equilíbrio. A sua respectiva importância é a questão chave na terceira dimensão das opções, distinta da direita e esquerda em política, e do leve e pesado em técnica. A opção por uma ou pela outra depende da nossa concepção da natureza da satisfação humana e da nossa concepção de trabalho. A opção é aqui entre, por um lado, trabalho uniformizado hierarquicamente gerido, o qual pode ser remunerado ou não, escolhido ou imposto; e, por outro lado, formas, que a cada momento se inventam, de acções de subsistência simples e integradas, cujo resultado é imprevisível para o burocrata, incontestável por hierarquias e dependente apenas dos valores comungados nesse momento numa comunidade. A escolha é entre duas concepções de homem das suas necessidades e daquilo que as satisfaz. Para aqueles que, entre Locke e Leontieff, entre Karl Marx e Milton Friedman, defendem a imagem do homem que pode, mediante trabalho assalariado, traduzir tudo o que é necessário à vida, a organização industrial do trabalho libertou a humanidade da mediocridade geral de subsistência, como diz Marx no capítulo XXIV de *Das Kapital*. São esses que estão cegos para a subsistência modernizada escolhida pelo prazer que dá, bem como para aquelas formas de enriquecimento industrial que, como nenhum outro anteriormente, privilegia os poderosos e frustra dolorosamente a grande maioria. Mas para aqueles que rejeitam a fé católica segundo a qual todas as pessoas têm igual necessidade dos mesmos úberes produtivos, a intenção de proteger oportunidades iguais para formas de subsistência muito distintas exige limites à produção industrial, que vão muito além dos que são postulados pela via leve.

Se a economia se expande, o que a opção leve pode permitir, a economia-sombra tem de se expandir ainda mais rapidamente e o domínio vernáculo declina. Neste caso, com um desemprego crescente, os desempregados serão integrados em actividades úteis criadas no sector informal. Aos homens desempregados será oferecido o chamado privilégio de se ocuparem daquelas

actividades não remuneradas, fomentadoras da produção, que, desde o seu aparecimento como trabalho doméstico no século XIX, seriam cortezmente reservadas para o sexo fraco — designação que foi também usada pela primeira vez nessa altura, quando a servidão industrial, e não a subsistência, foi definida como a tarefa das mulheres. Sob esta opção, o desenvolvimento internacional veio para ficar. A uniformização internacional do sector informal reflectirá a domesticação não remunerada, agora assexuada, dos desempregados em casa. Os novos peritos de exportação de tecnologias alternativas e métodos de auto-assistência acotovelam-se já em aeroportos e congressos. A última esperança das burocracias do desenvolvimento para salvaguardar a sua própria legitimidade consiste nesta nova espécie de tutores missionários — aqueles que monopolizam a exportação de trabalho antes confinado à *femina domestica*, mas agora distribuído aos homens nas «colónias».

Muitas das novas elites dissidentes, que mencionei, tomam posição contra tudo isto — contra o uso da tecnologia leve para reduzir o domínio vernáculo e aumentar os controlos profissionais sobre as actividades do sector informal. Estas novas elites concebem o progresso técnico como o instrumento para se viver por um novo tipo de valor; valor que não é nem tradicional nem industrial, mas simultaneamente voltado para a subsistência e escolhido racionalmente. Com maior ou menor êxito, eles dão o exemplo de viver de acordo com valores que exprimem um sentido crítico de beleza, uma experiência particular de prazer, uma concepção rara de vida que é acarinhada por um grupo pequeno — e que qualquer outro poderia achar inteiramente sem sentido. Acreditam que os utensílios modernos, ao mesmo tempo que eliminam muitas das árduas tarefas associadas à subsistência dos velhos tempos, permitem subsistir mediante actividades, cujo objectivo consiste em estilos de vida múltiplos, diferentes e transitórios. E lutam pela liberdade de estender o domínio vernáculo às suas vidas, mas têm o cuidado de não retirar dos recursos do mundo mais do que o pequeno quinhão que em justiça lhes cabe.

Arrisco aqui a opinião de que os estilos de vida auto-suficientes, escolhidos pelas elites de vanguarda, de Travancore ao País de Gales, poderiam brevemente, apenas pelo exemplo, abalar as maiorias que, durante décadas, estiveram presas do encanto do «modelo demonstrativo» de enriquecimento estupidificante, doentio e paralisante. Contudo, para que um tal exemplo possa ser assim eficaz, é necessário satisfazer duas condições. Primeiro, que o novo estilo de vida formado por uma nova relação entre as pessoas e os utensílios seja guiado pela percepção do homem como pertencente à espécie do *homo habilis* e não do *homo industrialis*. Segundo, que os estilos de vida independentes da mercadoria se espalhem pelo exemplo a ser seguido, e não pela tutela missionária de novos evangelistas.

Antes de terminar, resta-me referir um perigo: o relapso nas opções unidimensionais. É frequente hoje os activistas políticos verberarem o desinteresse dos ecologistas pela política. A crítica é justa, mas também os activistas devem estar dispostos a tomar posição contra técnicas pesadas a exigir um tal grau de especialização que a política participatória fique totalmente defraudada. Para que as formas de opção de uma sociedade sejam o resultado da participação dos cidadãos, e não da decisão de peritos, há que entender claramente a distinção entre três formas de participação, para que cada um é apelado: o uso do voto para eleger representantes capazes de implementar programas políticos; a defesa, exercida mediante posições pessoais em movimentos de cidadãos que podem levar a referendos, contra a dominação profissional das tecnologias; o apelo à justiça e à lei para salvaguardar a integridade da concepção de natureza humana de cada grupo, salvaguardando-lhes assim o domínio vernáculo.